



A INCLUSÃO ESCOLAR DO PORTADOR DE SINDROME DE DOWN

Leonardo Triaca¹; Elizabeth Emma Soares de Nunez²; Adriana Zilly³

RESUMO: Com a política de inclusão de crianças portadoras de Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas escolas, cabe aos professores à função de atender essas crianças portadoras de deficiências físicas e/ou mentais. Cada um destes alunos especiais exige do professor práticas pedagógicas e um tempo de interação diferenciados, porque cada indivíduo tem uma demanda em termos de metodologia de ensino e aprendizagem, o que exige do educador uma atenção especial. A escola, mesmo não estando preparada física e psicologicamente, não pode deixar de atender essas crianças, em especial os portadores de Síndrome de Down (SD). Diante da importância do papel do professor das séries iniciais na preparação de alunos portadores de NEE, surgiu a preocupação de traçar o perfil desses profissionais, visando avaliar o conhecimento e a percepção desses profissionais sobre como o trabalho pedagógico é oferecido a estes alunos síndrômicos na inclusão escolar. Um questionário de auto-preenchimento foi utilizado em 09 escolas da rede pública de ensino das séries iniciais de Foz do Iguaçu/PR, escolhidas por sorteio, onde 137 professores aceitaram fazer parte da pesquisa. Verificou-se que a maioria desses profissionais não está preparado para receber os alunos NEE, em especial com SD, e muitos têm dúvidas sobre a inclusão escolar ser mesmo o melhor caminho para essas crianças. Como a inclusão escolar já é uma realidade, os docentes deveriam estar mais capacitados para educar e tornar esses alunos cidadãos engajados na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar; Síndrome de Down; Formação Continuada.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial tem recebido um crescente reconhecimento e assume uma importância cada vez maior na medida em que a sociedade toma consciência e cobra uma cidadania acessível a todos (JESUS et al, 2007). GARGIULO (2003) apresenta três diferentes propostas para que o trabalho dos educandos nas escolas comuns adapte-se a educação especial: serviço de consultoria (com psicólogos escolares, terapeutas e outros); ensino colaborativo ou co-ensino (envolvendo professores de ensino comum e especial); e equipes de serviços da própria escola (professores, profissionais e para-profissionais).

Deve-se salientar também que, os alunos com algum tipo de comprometimento mental, principalmente com Síndrome de Down (SD), podem na escola comum, aprender as habilidades básicas; como leitura, escrita, aritmética, artes da linguagem e habilidades

¹ Acadêmico do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Foz do Iguaçu. leo_triaca@hotmail.com

² Aluna da Pós-Graduação 'Lato Sensu' em Metodologia das Séries Iniciais – Unioeste, Foz do Iguaçu.

³ Orientadora, Professora Doutora do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Foz do Iguaçu. aazilly@hotmail.com

manuais, além de desenvolver hábitos de higiene física, desde que respeitadas as condições de cada um (JANNUZZI, 2006).

O objetivo da pesquisa foi traçar o perfil dos professores das séries iniciais da Rede Municipal de ensino de Foz do Iguaçu – PR, a respeito da temática da inclusão escolar e verificar se os professores regulares têm conhecimentos teóricos e práticos necessários ao trabalho pedagógico dos alunos com NEE, em especial de alunos portadores de SD.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido sob a forma de pesquisa quantitativa entre os professores das Séries Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu-PR, no período de agosto a novembro de 2009.

Nas escolas incluídas por sorteio na pesquisa, questionários foram entregues aos professores que aceitaram participar voluntariamente desta pesquisa, sem a necessidade de identificação, após uma explicação sobre a natureza e os objetivos deste trabalho. Em alguns casos, aguardou-se o término do preenchimento no próprio local de execução, ou seja, nas escolas; devido a problemas de falta de tempo e pela distância das mesmas. Em outros, os questionários foram entregues aos professores e alguns dias depois foram recolhidos pelo pesquisador. Como o objetivo não é identificar as escolas e os professores, os mesmos foram então classificados da seguinte maneira: Escola A, Escola B, e assim sucessivamente até Escola I.

As perguntas foram, em sua maioria, de natureza objetiva, e tinham por objetivo caracterizar o perfil social e profissional do docente através das questões sobre idade, formação acadêmica, tempo de exercício da profissão, atividades profissionais complementares, participação em cursos de treinamento: e ou, formação continuada, formação na área de Educação Especial e conhecimento, em especial das características dos SD, além de questionar se esses profissionais estão preparados para trabalhar com esses alunos; e, principalmente se estes docentes concordam com a Inclusão Escolar dos síndromicos com Trissomia do 21.

Conforme a legislação da pesquisa com seres humanos, a coleta de dados desta pesquisa foi implementada após a autorização da Secretaria de Educação do município de Foz do Iguaçu e posterior a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa/UNIOESTE.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O número de professores entrevistados nas 09 Escolas Municipais da Rede Oficial de Ensino Básico de Foz do Iguaçu/PR totalizou 137 professores que aceitaram participar da pesquisa voluntariamente, sendo que 04 profissionais não aceitaram participar da entrevista.

Quanto ao perfil dos professores entrevistados, revelou-se a predominância do sexo feminino (96,3%) e de profissionais com curso superior concluído (77,4%), sendo que a maioria possui pós-graduação (62%) e o restante (38%) ainda não concluiu, mas estão cursando. Dos que já concluíram o curso de pós-graduação, 95,4% o fizeram em nível de especialização *Lato Sensu* e 4,6% em nível de mestrado *Strictu Sensu*.

Observou-se que 22,63% dos professores que aceitaram participar desta pesquisa tinham entre 18 a 25 anos; 29,93% possuíam entre 26 a 35 anos; 36,5% de 36 a 45 anos e 10,94% possuíam mais de 45 anos.

Quanto ao tempo de atuação na docência, 19% atuam de 1 a 5 anos; 20,4% de 6 a 10 anos; 21,9% de 11 a 15 anos; 22,63% de 16 a 20 anos e 16,07% lecionam a mais de 20 anos.

Quanto ao número de escolas que estes docentes atuavam, a grande maioria (73,73%) ensina em apenas uma escola; 25,54% em duas escolas e apenas 0,73% trabalham em três ou mais escolas.

Quanto ao número de alunos que os 137 docentes entrevistados atendem em sala de aula, a média é a que segue: 16,06% dos professores atendem salas com menos de 20 alunos; 81,02% lecionam em salas que apresentam de 20 a 35 alunos e apenas 2,92% atuam para 35 a 40 alunos presentes em sala de aula.

Quase a totalidade dos docentes não desempenha nenhuma outra atividade complementar (91,25%); dos que desempenham outras atividades (8,75%), 07 são supervisores de ensino, 01 é enfermeira, 02 trabalham com artes e 02 docentes realizam outros trabalhos que não foram descritos pelos mesmos.

Na abordagem sobre realização de cursos de treinamento para NEE nos últimos dois anos; a maioria (82,5%) não participou de nenhum e, apenas 17,5% fez algum tipo de curso ou treinamento nesta área.

Ao serem abordados se trabalham ou já trabalharam com crianças com NEE, 19,7% dos professores afirmaram já terem trabalhado com esses alunos e um número elevado de professores disseram que nunca trabalharam com crianças com NEE (80,3%).

Em relação à formação específica na área da Inclusão Escolar, as respostas foram bem equilibradas: 48,9% já tiveram alguma formação na área abordada; enquanto que 51,1%, responderam que não. E quando perguntados se já tiveram alunos com SD, 11,7% afirmaram que já tiveram na própria sala de aula; 32,1%, na escola e 56,2%, disseram que nunca tiveram contato com crianças Down em suas classes ou em suas escolas.

Quanto a experiência profissional na Educação Especial; 62,7% reconhecem as características de crianças com SD e 37,3% reconhecem só alguns sintomas, sendo que 21,16% disseram que estão preparados para trabalhar com essas crianças, 60,6% disseram que não estão preparados e 18,24% não sabem se estão preparados.

Sobre cursos de formação continuada ou com especialistas na área de NEE; 100% dos entrevistados disseram que é importante que o professor tenha essa formação específica.

Quando questionados se os professores concordavam que crianças com SD devam participar das atividades regulares na sala de aula, mais da metade dos professores (55,5%) disseram que não concordam, 22,6% afirmaram que essas crianças deveriam estar sim em salas de aula regulares e 21,9% não souberam responder.

Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa, pode-se aferir a urgência que requer a formação de professores para a Educação Especial/ Educação Inclusiva, e como se verificou, a preocupação recorrente entre os docentes é que estes não se encontram preparados para receber os alunos com NEE.

Segundo CARNIATTO (2002), é preciso que sua formação seja um contínuo aperfeiçoamento, o professor precisa continuamente rever suas convicções, pois a tarefa de educar depende de decisões e posicionamento diante dos obstáculos e dificuldades que surgem no dia-a-dia escolar, portanto à necessidade de uma preparação rigorosa que permita uma docência de qualidade.

É importante que a escola tenha um currículo bem elaborado, a partir do conhecimento prévio do aluno que vai ser atendido, respeitando o nível de aptidão individual, organizando atividades que favoreçam o seu desenvolvimento cognitivo e motor. Para isso, a escola deve buscar estratégias metodológicas interativas com o apoio de psicólogos, médicos, terapeutas e especialistas em geral.

Para JESUS et al (2007), as escolas, para que se tornem inclusivas, devem receber um investimento efetivo e sistemático, envolvendo a comunidade escolar: professores, técnicos, dirigentes, funcionários, pais, alunos; para que essa mudança seja significativa.

Além dos recursos humanos; os recursos materiais tais como: material didático, espaços físicos adaptados, aparelhos tecnológicos (TVs, DVDs, Computadores com programas educacionais específicos) também devem fazer parte do cotidiano escolar e acesso ilimitado por todos os alunos, inclusive e principalmente os portadores de NEE.

A Educação Inclusiva constitui o primeiro e decisivo passo para a transformação da sociedade, é um desafio grande, mas viável.

Segundo MANTOAN (1997), a criança com NEE deve ser preparada e educada para ser inserida na escola e na sociedade, esta criança deve ser aceita e acolhida com suas dificuldades e potencialidades. Assim, o professor começa a perceber que apesar de a Educação Inclusiva estar mais no plano do discurso; e de que as estatísticas sobre as matrículas de alunos com NEE, principalmente com SD, ainda são mínimas; não se pode negar que gradativamente muito destes alunos já procuram a escola regular.

Há que se entender que o aluno com SD tem seus direitos, existe, pensa, sente e cria; tem algum tipo de limitação, corporal ou mental, que pode afetar aspectos do seu comportamento, mas as experiências precoces são de grande importância, pois devem proporcionar condições de desenvolvimento que valorizem a independência e a maturidade emocional. Atualmente pessoas com SD têm se superado em todo o mundo, com avanços impressionantes e rompendo barreiras: trabalhando, estudando, vivendo sozinhas, se casando e até frequentando universidades (RAMOS, 2008).

4 CONCLUSÃO

As respostas dos docentes sobre a Inclusão Escolar apontam para um conflito interno entre a importância da proposta inclusiva, onde o acesso ao ensino público de qualidade e o exercício da cidadania como um direito de todos buscam uma democratização do espaço escolar, para uma formação humana, pelo seu aspecto libertador; mas ao mesmo tempo, evidenciam problemas para a sua operacionalização, porque exigem mudanças estruturais e pessoais no sistema educacional, que claramente não está sendo realizado pelos gerenciadores educacionais.

Verifica-se a dificuldade dos órgãos responsáveis pelo sistema de ensino, tanto no âmbito estadual e municipal, que preferem arrolar suas responsabilidades a oferecer a seus professores regulares, orientação e assistência, para qualificar o trabalho pedagógico na classe comum e responder às necessidades diferenciadas de seus alunos especiais.

No entanto, milhares de alunos que têm essa condição especial, têm chegado às escolas e não podem esperar que todos os professores estejam “preparados” a atender essa clientela, que hoje adentram a escola regular e que desafiam os seus professores, em todos os níveis de ensino; da educação infantil ao ensino superior, a encontrar novas formas de ensinar e de se relacionar com essa nova população.

No que tange a criança com SD, mesmo sabendo-se das suas limitações genéticas, a educação pode produzir excelentes resultados; estimulando seus esforços e levando a sua independência e autonomia para que no futuro possa enfrentar seus próprios obstáculos.

REFERÊNCIAS

CARNIATTO, I. **A Formação do sujeito Professor: Investigação, Narrativa em Ciências / Biologia.** Cascavel: Edunioeste, 2002, p. 77-89.

GARGIULO, R. M. **Education on Contemporary Society: An Introduction Exceptionality.** Thonson Learning: United Station, 2003, p. 217-225.

JANNUZZI, G. de M. **A Educação do Deficiente no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006, p.94-97.

JESUS, D. M. et al. **Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007, p. 104-111.

MANTOAN, M. T. É. **Ser ou Estar: eis a questão – explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 1997, p. 39-40.

RAMOS, R. **Passos Para a Inclusão**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 47-60.

Anais Eletrônico

VII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar
CESUMAR – Centro Universitário de Maringá
Editora CESUMAR
Maringá – Paraná - Brasil